

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	20
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	22
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	24
2.5 Medições não contábeis	25
2.6 Eventos subsequentes as DFs	26
2.7 Destinação de resultados	27
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	29
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	30
2.10 Planos de negócios	31
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	35
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	36
5.2 Descrição dos controles internos	37
5.3 Programa de integridade	41
5.4 Alterações significativas	45
5.5 Outras informações relevantes	46

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

No exercício de 2023, a CASAN auferiu receita de aproximadamente R\$1,8 bilhão (16% superior ao ano anterior). Do total da receita apurada, 78% decorre dos serviços de abastecimento de água.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1,5 bilhão em 2023, um incremento de 17% em relação ao exercício anterior. Contribuíram para essa elevação, entre outros fatores, os incrementos observados nas despesas com precatórios, recomposição de pavimentação e indenizações a terceiros. Parte desses gastos está relacionada ao rompimento de um reservatório da Companhia, evento que ocorreu em setembro de 2023. Nos custos, as principais elevações foram observadas em serviços de manutenção e operação, materiais de tratamento, recomposição de pavimentação e custos com pessoal, cujas variações são exploradas com mais detalhe na letra “h” deste item. A inflação também contribuiu, de modo geral, para os incrementos dos gastos com materiais e serviços contratados, com a folha de pagamento e encargos trabalhistas e com os juros dos refinanciamentos tributários.

Da mesma forma, observou-se elevação de 87% na despesa financeira líquida da Companhia, que foi apurada em aproximadamente R\$182 milhões no ano de 2023. Contribuíram para isso a ampliação das despesas com juros referentes aos financiamentos, decorrente de novas contratações de CCBs e da emissão de debêntures.

Esses fatores conduziram à redução de 45% no resultado líquido do exercício, que passou de aproximadamente R\$92 milhões em 2022 para cerca de R\$51 milhões em 2023.

O quadro a seguir apresenta os resultados dos indicadores econômico-financeiros nos últimos exercícios.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ativo Total (AT)	3.326.896	3.559.018	3.767.464	3.907.671	4.343.394	5.015.791
Patrimônio Líquido (PL)	1.246.082	1.257.038	1.324.157	1.671.985	1.860.910	2.003.578
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.085.552	1.124.024	1.143.679	1.217.771	1.409.964	1.634.101
Lucro Líquido (LL)	(119.225)	119.686	112.504	134.950	91.990	50.743
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,62	0,64	0,64	0,57	0,57	0,60
EBITDA	18.797	364.821	393.527	401.145	367.397	466.283
EBIT	(67.064)	271.269	277.228	278.595	236.213	259.003
Geração de Caixa	100.850	350.954	353.739	293.313	304.071	460.261
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,35	0,36	0,39	0,36	0,38	0,43
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,24	0,09	0,17	0,10	0,18	0,16
Margem Bruta (LB/ROL)	55,78%	55,08%	50,85%	49,62%	44,37%	41,80%
Margem Operacional (LO/ROL)	-18,04%	16,11%	14,69%	16,14%	9,69%	4,73%
Margem Líquida (LL/ROL)	-10,98%	10,65%	9,84%	11,08%	6,52%	3,11%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	1,73%	32,46%	34,41%	32,94%	26,06%	28,53%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	-9,42%	9,38%	8,37%	7,98%	4,90%	2,51%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,61	0,59	0,54	0,60	0,63	0,66
Liquidez Corrente (AC/PC)	0,87	1,32	0,87	1,08	0,76	1,25
Dívida Líquida / EBITDA	57,5	3,1	3,5	3,4	4,5	3,7
Impostos/Receita Bruta ¹	9,32%	13,12%	14,70%	14,40%	12,74%	10,74%

¹Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL.

Obs.1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido.

Obs.2: Em 2018 os resultados e os indicadores econômicos foram afetados pelas despesas relacionadas ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada.

Obs.3: Em 2023, o Ativo Financeiro de Contrato foi desmembrado do Ativo Intangível, o que impactou no resultado da Liquidez Geral. Ajustamos toda a série histórica em razão dessa alteração.

Obs.4: O indicador Dívida Líquida / EBITDA foi ajustado pela inclusão do arrendamento mercantil.

Analisando o quadro acima é possível verificar no ano de 2023 o bom desempenho dos indicadores Ativo Total, Patrimônio Líquido, Receita Operacional Líquida, EBITDA, EBIT, Geração de Caixa, Endividamento de Curto Prazo, Margem EBITDA, Liquidez Geral e Corrente, Dívida Líquida/EBITDA e Impostos/Receita Bruta que apresentaram evolução em relação aos resultados de 2022. Os demais indicadores finalizaram 2023 com resultados aquém dos verificados no ano anterior.

b) estrutura de capital

Apresentada em detalhes nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os indicadores tradicionalmente utilizados para contextualizar a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros são os quocientes das dívidas bruta e líquida em relação ao EBITDA.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O EBITDA pode ser utilizado para verificar a geração operacional de caixa, ou seja, quanto a CASAN gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

A tabela a seguir indica a evolução dessas relações nos três últimos exercícios:

2.1 – c – Relação Dívida Líquida/EBITDA

Em milhões R\$	2021	2022	2023
Dívida Bruta	1.451.900	1.694.049	2.199.210
Caixa e aplicações financeiras	94.524	52.340	455.782
Dívida Líquida	1.357.376	1.641.709	1.743.428
EBITDA	401.145	367.397	466.283
Índice Dívida Bruta/EBITDA	3,62	4,61	4,72
Índice Dívida Líquida/EBITDA	3,38	4,47	3,74

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Em 2023 a CASAN dispôs dos recursos obtidos via 2ª emissão de Debêntures e contratação de CCBs, cujo objeto foi o financiamento para capital de giro. O Governo do Estado de Santa Catarina também foi um importante financiador do capital de giro da Companhia. Além disso, no ano contamos com financiadores para nosso programa de investimentos em execução, visando prioritariamente ampliação da cobertura de esgoto. Foram eles: a Caixa Econômica Federal, a AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento e a JICA - Japan International Cooperation Agency. No final do ano a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$780 milhões, cujo foco é o reforço de caixa para manutenção das suas operações e também para ampliação dos investimentos em esgotamento sanitário.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores destacam que a Companhia possui a capacidade de realizar operações de crédito de curto prazo através de emissões no mercado de capitais, caso surjam necessidades extraordinárias de capital de giro. Para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia planeja utilizar fontes de financiamento tradicionais do setor de saneamento com a Caixa Econômica Federal. Além disso, considera operações no mercado de capitais brasileiro e operações de crédito de longo prazo com bancos de fomento, tanto nacionais quanto internacionais, como os financiamentos com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e Fonplata.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Casan são compatíveis com os resultados das atividades e com a sua geração de caixa, estando absolutamente em dia com as obrigações assumidas nesses contratos.

2.1 f – EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	31/12/ 2023	31/12/ 2022	31/12/ 2023	31/12/2022	
Operações no exterior:					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	54.955	57.744	133.464	194.454	Nota Explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	34.542	39.910	332.781	310.806	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	89.497	97.654	466.245	505.260	
Operações no país:					
Caixa Econômica Federal – CAIXA	12.680	10.773	180.138	190.187	Nota Exp.
Debêntures	175.686	145.696	1.016.905	438.955	Nota Exp.
Banco Safra	23.591	25.271	3.917	27.417	Nota Exp.
Banco ABC	36.769	9.249	27.647	63.706	Nota Exp.
Banco do Brasil	527	9.127	109.167	38.187	Nota Exp.
Banco Santander	0	5.468	0	41.746	Nota Exp.
Banco Votorantim	0	2.681	0	41.917	Nota Exp.
Total Operações no país	249.253	208.265	1.337.774	848.115	
Total Empréstimos e Financiamentos	338.750	305.919	1.804.019	1.353.375	

a. Em 31 de dezembro de 2023 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2022).

b. As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ano	31/12/2023
2023	327.588
2024	335.918
2025	477.479
Após 2026	1.001.784
Total	2.142.769

c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R\$5,3516 em 31 de dezembro de 2023 e R\$5,5694 em 31 de dezembro de 2022 e, 1 lene equivalente a R\$0,03422 em 31 de dezembro de 2023 e R\$0,03957 em 31 de dezembro de 2022.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$188.419 equivalente a €35.207.

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu o montante de R\$384.761 (¥11.243.749) para as obras e de R\$82.879 (¥2.421.970) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$367.323 equivalente a ¥ 10.734.161.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31/12/2023	31/12/2022
2010	2032	16.866	17.956
2012	2034 a 2036	175.952	183.004
Total		192.818	200.960

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures - 2ª Emissão

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$449.606.

Debêntures Simples e Incentivada - 3ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 (“Aprovação Societária”), foram aprovadas, as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até 02 (duas) séries, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Valores Mobiliários”), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais aplicáveis (“Oferta”);

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025.

O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$480.655 das Debêntures Simples e de R\$262.330 da Incentivada.

Banco Safra

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – “base over”, divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$27.508.

Banco do Brasil

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$22.363.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$36.044.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (Setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$51.287.

Banco ABC

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extragrupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$39.392.

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (Vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. Em 29 de setembro de 2023 foi realizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização. A amortização ficou com vencimento único em 22 de novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$25.024.

Banco Santander

Em 05 de Agosto de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R\$46.600 (quarenta e seis milhões e seiscentos mil de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 4,16% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 05 de agosto de 2023 e final em 05 de julho de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

Em 20 de Janeiro de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões e seiscentos mil de reais),

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,96% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 22 de abril de 2024 e final em 20 de janeiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

Banco Votorantim

Em 04 de Novembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Votorantim no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com encargos de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (Taxa DI), acrescido de 3% a.a., pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 04 de dezembro de 2023 e final em 03 de novembro de 2025. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

Banco BBM

Em 26 de Setembro de 2023, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco BBM no valor de R\$70.000 (Setenta milhões de reais), com juros de 100% da taxa DI, acrescido de spread de 5,5% a.a., pago mensalmente. A amortização ficou com vencimento único em dezembro de 2023. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

European Investment Bank -BEI

Em 14 de dezembro de 2023 foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank – BEI, no montante de €100.000.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 31/12/2023 não ocorreu nenhum desembolso.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

FONTE RECURSO	Inferior a 1 ano (2024)	Superior a 1 Ano e inferior a 3 anos (2025 e 2026)	Superior a 5 anos (após 2026)	TOTAL
AFD*	53.385.664	106.771.329	28.262.084	188.419.077
JICA*	33.842.074	67.684.149	265.797.177	367.323.400
Banco ABC	36.768.712	22.117.647	5.529.412	64.415.771
Banco do Brasil	-	68.205.988	41.488.225	109.694.213
Banco Safra	23.591.013	3.916.667	-	27.507.680
CEF	12.588.188	27.558.945	152.671.132	192.818.265
Debêntures - 2ª e 3ª emissão	167.441.904	517.212.116	507.937.254	1.192.591.274
TOTAL	327.617.557	813.466.840	1.001.685.284	2.142.769.680

Fonte: GFI

*Euro: 5,3516

*Iene: 0,03422

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Contrato:
CRB 1036 01M

Agente Financiador:
Agence Française e Développement – AFD

Partes:
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, Agence Française e Développement – AFD e Governo do Estado de Santa Catarina

Data:
18/10/2012

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:
A Tomadora do Empréstimo não contrairá nem manterá qualquer Dívida, exceto as Dívidas Autorizadas, exceto se:

- (i) O Índice de todas as Coberturas Projetadas de Serviço da Dívida, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são maiores do que [1.3];
- (ii) O Quociente de Alavancagem, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são menores do que [70%].
A Tomadora do Empréstimo se compromete a notificar prontamente a Mutuante caso deva contrair outras Dívidas Autorizadas.
Sendo que:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Dívida Autorizada

significa:

- a) qualquer Dívida devida e exigível em prazo inferior a um ano, inclusive contas a pagar a fornecedores necessários no curso normal dos negócios da Tomadora do Empréstimo;
- b) Dívida a médio e longo prazo relativa ao Contrato;
- c) qualquer Dívida existente na Data da Assinatura deste Contrato, enumerada (Anexo 6 - *Empréstimos Existentes na Data da Assinatura*);
- d) qualquer nova Dívida assumida com o consentimento prévio por escrito da Mutuante.

Índices Financeiros

A Tomadora do Empréstimo se compromete a cumprir os seguintes índices financeiros:

- (i) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida não será inferior a 1.3;
- (ii) o Quociente de Alavancagem não excederá 70%;
- (iii) o Quociente da Dívida Financeira pela EBITDA não será maior do que:
 - . 4,5 em cada data de fechamento até dezembro de 2015;
 - . 4,0 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016;
 - . 3,5 em cada data de fechamento posterior;
- (iv) o Índice de Liquidez Corrente não será inferior a
 - . 1,25 em 31 de dezembro de 2012;
 - . 1,4 em cada data de fechamento posterior.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Exceto se acordado de outra forma pela Mutuante, a Tomadora do Empréstimo se compromete a não distribuir dividendos a seus acionistas, além do valor mínimo legal. Após um período de 5 (cinco) anos, a Tomadora do Empréstimo terá o direito de distribuir dividendos ficando disposto que: (i) um Modelo Financeiro satisfatório e atualizado seja enviado pela Tomadora do Empréstimo; e (ii) tal distribuição autorizada não comprometa a situação financeira da Tomadora do Empréstimo.

Restrições quantos a Alienação de Ativos:

A Tomadora do Empréstimo se compromete a não dispor de seus ativos, exceto em uma Alienação Autorizada.

Sendo:

Alienações Autorizadas

Significa:

- (a) ativos que estão obsoletos ou não necessários para o projeto ou ativos que não são essenciais para o funcionamento ou desenvolvimento do negócio principal da Tomadora de Empréstimo, eliminados em condições normais de uso, ou que são vendidos, alugados, transferidos ou alienados no curso normal dos negócios da Tomadora de Empréstimo em condições normais de concorrência, ou quando a alienação seja permitida nos termos de qualquer outra disposição do presente Contrato;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(b) ativos (incluindo, mas não limitado a ativos necessários para o Projeto), que são vendidos, alugados, transferidos ou cedidos em troca de outros ativos comparáveis ou superiores quanto ao tipo, valor, qualidade e quantidade;

c) ativos relacionados a quaisquer alterações que possam ser necessárias nos termos de uma mudança na legislação, desde que informado previamente à Mutuante sobre os ativos a serem alienados;

d) ativos que não excedam o valor total de um por cento (1%) do total de ativos da Tomadora de Empréstimo e de suas Subsidiárias determinado pelo último balanço anual auditado da Tomadora de Empréstimo;

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

A alteração no controle da empresa é considerado um evento de inadimplemento.

Agente Financiador:

Caixa Econômica Federal (CEF).

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e CEF – Caixa Econômica Federal.

Data:

30.04.2010 e 16.04.2012

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Penhor dos direitos emergentes de contratos de concessão ou contratos programa limitados a 03 vezes o encargo mensal. Fluxo de 03 vezes o valor a ser pago no mês em cobranças na conta 7667-0; manutenção de 1 vez a cobrança mensal na conta 7661-1 que fica bloqueado até o fim do contrato e garantia fidejussória do Estado de SC.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário

Não há.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

	31 de dezembro de 2023		
	Valor contratado	Valor utilizado	Percentual utilizado
<u>Operações no exterior:</u>			
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	350.660	350.660	100,00
Japan International Cooperation Agency - JICA	493.658	471.097	95,43
Total Operações no exterior	844.318	821.757	195,43
<u>Operações</u>			
Banco ABC	72.000	72.000	100,00
Banco do Brasil	167.000	167.000	100,00
Banco Safra	47.000	47.000	100,00
Caixa Econômica Federal - Obras	327.845	248.867	75,91
Debêntures	1.380.000	1.122.531	81,34
Total Operações no país	1.993.845	1.657.398	83,13
Total Empréstimos e Financiamentos	2.838.163	2.479.155	87,35

Fonte: GFI

* Iene: 0,03422

A Companhia possui contratos de financiamento destinados a obras específicas, cujos recursos são liberados à medida que tais obras são executadas, não podendo ser utilizados para projetos que não sejam objetos do contrato (vide quadro do endividamento no item 2.1.f).

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 h – Principais variações nas contas patrimoniais

Principais variações nas contas patrimoniais de 31/12/2023 em relação à 31/12/2022:

Balancos Patrimoniais	2023	AV	2022	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	46.906.687	0,9%	351.247	0,0%	13.254%
Aplicações financeiras e títulos	408.875.498	8,2%	51.988.653	1,2%	686%
Contas a receber de clientes	283.814.938	5,7%	272.132.800	6,3%	4%
Partes relacionadas	5.899.026	0,1%	5.388.211	0,1%	9%
Estoques	130.522.822	2,6%	130.961.141	3,0%	(0%)
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	28.269.293	0,6%	54.798.370	1,3%	(48%)
Outros	13.405.976	0,3%	16.501.367	0,4%	(19%)
Ativo Circulante	917.694.239	18,3%	532.121.789	12,3%	72%
Contas a receber de clientes	22.416.232	0,4%	27.419.355	0,6%	(18%)
Depósitos dados em garantia	108.598.147	2,2%	116.551.246	2,7%	(7%)
Ativo fiscal diferido	53.325.413	1,1%	60.611.262	1,4%	(12%)
Direito de uso de bem	45.461.914	0,9%	14.836.701	0,3%	206%
Ativo financeiro Municipalizado	5.192.732	0,1%	8.324.484	0,2%	(38%)
Ativo Financeiro de Contrato	830.929.217	16,6%	791.601.600	18,2%	5%
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.065.923.655	21,3%	1.019.344.648	23,5%	5%
Investimentos	34.485	0,0%	34.485	0,0%	-
Imobilizado	60.935.133	1,2%	58.488.991	1,3%	4%
Intangível	1.672.526.705	33,3%	1.590.291.137	36,6%	5%
Ativo de Contrato	1.298.676.358	25,9%	1.143.112.471	26,3%	14%
Ativo Permanente	3.032.172.681	60,5%	2.791.927.084	64,3%	9%
Ativo Não Circulante	4.098.096.336	81,7%	3.811.271.732	87,7%	8%
Ativo	5.015.790.575	100,0%	4.343.393.521	100,0%	15%
Empréstimos e financiamentos	338.750.285	6,8%	305.918.395	7,0%	11%
Fornecedores e empreiteiros	102.918.644	2,1%	141.912.871	3,3%	(27%)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	81.878.276	1,6%	59.091.269	1,4%	39%
Plano de demissão voluntária incentivada	89.523.248	1,8%	85.872.432	2,0%	4%
Impostos e contribuições à recolher	77.873.076	1,6%	74.318.249	1,7%	5%
Dividendos propostos	12.052.625	0,2%	21.848.721	0,5%	(45%)
Contratos de Arrendamento Mercantil	28.112.088	0,6%	11.872.062	0,3%	137%
Outros	2.789.696	0,1%	3.309.683	0,1%	(16%)
Passivo Circulante	733.897.939	14,6%	704.143.682	16,2%	4%
Empréstimos e financiamentos	1.804.019.315	36,0%	1.353.375.315	31,2%	33%
Partes relacionadas	41.037.326	0,8%	27.270.585	0,6%	50%
Impostos e contribuições a recolher	77.168.542	1,5%	4.755.085	0,1%	1.523%
Plano de demissão voluntária incentivada	115.895.758	2,3%	195.678.008	4,5%	(41%)
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e participações	3.176.482	0,1%	3.176.482	0,1%	-
Provisão para contingências	77.308.735	1,5%	79.890.859	1,8%	(3%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.900.602	1,2%	66.186.782	1,5%	(8%)
Plano previdenciário	59.011.028	1,2%	25.124.513	0,6%	135%
Contratos de Arrendamento Mercantil	21.530.202	0,4%	4.615.390	0,1%	366%
Receita diferida	18.266.418	0,4%	18.266.418	0,4%	-
Passivo Não Circulante	2.278.314.406	45,4%	1.778.339.437	40,9%	28%
Capital social	1.224.547.157	24,4%	1.118.641.023	25,8%	9%
Adiantamento para futuro aumento de capital	120.000.000	2,4%	86.662.978	2,0%	38%
Reserva de reavaliação	78.423.531	1,6%	80.545.734	1,9%	(3%)
Ajuste patrimonial	73.185.881	1,5%	84.460.739	1,9%	(13%)
Reserva legal	37.424.795	0,7%	34.887.668	0,8%	-
Reserva para fundo de investimentos	503.626.449	10,0%	457.134.683	10,5%	10%
Outros resultados abrangentes (ORA)	(33.629.584)	-0,7%	(1.422.423)	0,0%	2.264%
Patrimônio Líquido	2.003.578.229	39,9%	1.860.910.402	42,8%	8%
Passivo	5.015.790.575	100,0%	4.343.393.521	100,0%	15%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ATIVO

Circulante:

No ano de 2023 verificou-se a ampliação do ativo circulante em 72%. O total do grupo passou de R\$532 milhões ao final de 2022 para aproximadamente R\$918 milhões ao final de 2023. Esse acréscimo deve-se principalmente à elevação verificada nas contas Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras e títulos, em razão do recebimento dos recursos das emissões de debêntures realizadas em 2023.

Não Circulante

O ativo realizável a longo prazo cresceu 5% na comparação entre 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2023. Esta elevação deve-se principalmente aos incrementos observados nas rubricas Direito de uso de bens e Ativo financeiro de contrato. O primeiro está relacionado à renovação dos contratos de locação registrados naquela conta. O segundo decorre da elevação do montante atribuído a bens intangíveis cuja vida útil ultrapassa os correspondentes prazos contratuais. A rubrica Ativo financeiro de contrato passou a compor as demonstrações contábeis da Companhia em 2023, evidenciando o desmembramento de valores do Intangível (do Ativo permanente).

O ativo permanente cresceu 9% no ano, alcançando R\$3 bilhões em 31 de dezembro de 2023. A elevação verificada no grupo deve-se principalmente aos incrementos de R\$155 milhões (14%) observado em Ativos de Contrato e de R\$82 milhões (5%) contabilizado no Intangível no período. Esses movimentos estão relacionados à continuidade do plano de ampliação da cobertura de água e esgoto da Companhia.

PASSIVO

Circulante:

O Passivo circulante cresceu 4% no período em análise, passando de R\$704 milhões em 2022 para aproximadamente R\$734 milhões em 2023. Contribuíram para essa variação:

- a elevação de aproximadamente R\$33 milhões no valor a pagar no curto prazo a título de Empréstimos e financiamentos (uma elevação de 11%);
- o crescimento de aproximadamente R\$23 milhões (ou 39%) em obrigações trabalhistas e previdenciárias, em razão da alteração da data de pagamento dos salários dos funcionários para o início do mês seguinte;
- o incremento de R\$16 milhões (ou 137%) em Contratos de arrendamento mercantil, devido à renovação dos contratos de locação.

A redução de 27% (ou cerca de R\$39 milhões) em Fornecedores e empreiteiros foi ocasionada pela quitação de fornecedores em atraso.

Não Circulante:

O Passivo não circulante ampliou-se em 28% no período, em razão do acréscimo de aproximadamente R\$500 milhões verificado nesse grupo de 2022 para 2023. Essa elevação está relacionada às emissões de debêntures realizadas em 2023 para reforço

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de capital e giro e para execução de obras, as quais encontram-se em prazo de carência para o pagamento das suas amortizações. Também chama a atenção a elevação de 1.523% (ou R\$72 milhões) verificada em Impostos e contribuições a recolher, a qual decorre dos parcelamentos dos tributos PIS e COFINS realizados em 2023. Esses acréscimos foram parcialmente compensados pela redução nos valores devidos a título de PDVI, em razão da desaceleração da inflação incidente sobre os valores do plano e também da progressão do cronograma de indenizações.

Patrimônio Líquido:

Em 2023, o patrimônio líquido da CASAN atingiu R\$2 bilhões, com o incremento de R\$142 milhões (8%) verificado no ano. Esse crescimento se deve, entre outros fatores, ao aumento de capital decorrente dos aportes do Governo do Estado de Santa Catarina (acrécimo de aproximadamente R\$106 milhões, ou 9%); e também ao acréscimo verificada em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com os valores de dividendos que o governo do Estado optou por reinvestir na Companhia (adição de R\$33 milhões, ou 38%). O lucro líquido apurado no exercício também contribuiu para esse incremento, já que parcelas do resultado foram atribuídas à Reserva para fundo de investimentos e também à Reserva legal.

2.1.hi - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais variações nas contas de resultado de 31/12/2023 em relação a 31/12/2022:

Demonstrações do Resultado	2023	AV	2022	AV	AH
Tarifas de Água	1.402.940.924	78%	1.216.288.316	78%	15%
Tarifas de Esgoto	379.372.546	21%	322.193.078	21%	18%
Outras	21.062.311	1%	17.254.719	1%	22%
Receita Bruta	1.803.375.781	100%	1.555.736.113	100%	16%
Deduções da Receita	(169.274.760)	(9%)	(145.771.826)	(9%)	16%
Receita Operacional Líquida	1.634.101.021	91%	1.409.964.287	91%	16%
Custo dos Serviços Prestados	(951.075.588)	(53%)	(784.342.517)	(50%)	21%
Lucro Bruto	683.025.433	38%	625.621.770	40%	9%
Com Vendas	(108.377.866)	(6%)	(91.636.579)	(6%)	18%
Gerais e Administrativas	(321.356.248)	(18%)	(314.095.142)	(20%)	2%
Fiscais e Tributárias	(462.351)	(0%)	(952.164)	(0%)	(51%)
Despesas Operacionais	(430.196.464)	(24%)	(406.683.885)	(26%)	6%
Outras Receitas Operacionais	3.323.130	0%	18.281.475	1%	(82%)
Outras Despesas Operacionais	(5.582.023)	(0%)	(8.272.138)	(1%)	(33%)
Reversão de Provisões Cíveis e Trabalhistas	8.432.030	0%	7.265.298	0%	16%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	6.173.137	0%	17.274.635	1%	(64%)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	259.002.105	14%	236.212.520	15%	10%
Receitas Financeiras	36.854.145	2%	32.967.708	2%	12%
Despesas Financeiras	(218.691.767)	(12%)	(130.403.573)	(8%)	68%
Resultado Financeiro	(181.837.622)	(10%)	(97.435.865)	(6%)	87%
Lucro Antes do Imp. de Renda e Contr. Social	77.164.484	4%	138.776.655	9%	(44%)
Provisão para Imposto de Renda	(17.616.143)	(1%)	(38.171.281)	(2%)	(54%)
Provisão para Contribuição Social	(6.806.136)	(0%)	(14.289.434)	(1%)	(52%)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.286.180	0%	5.494.042	0%	(4%)
Imposto de Renda e Contribuição Social Ativo Fiscal Diferido	(7.285.849)	(0%)	180.140	0%	(4.145%)
Provisões de Impostos	(26.421.948)	(1%)	(46.786.533)	(3%)	(44%)
Lucro Líquido do Exercício	50.742.536	3%	91.990.122	6%	(45%)
Quantidade de Ações	1.039.655.158		949.739.585		9%
Lucro/Prejuízo por Ação	0,04881		0,09686		(50%)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita:

A receita operacional líquida da Companhia atingiu o montante de R\$1.634 milhões, representando um crescimento de 16%. Esse crescimento pode ser atribuído, entre outros fatores, aos reajustes tarifários aprovados em julho/2022 (16,01%) e julho/2023 (6,35%) e à conclusão de algumas obras que geraram incremento de receita de esgoto.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados pela CASAN em 2023 foi aproximadamente R\$167 milhões superior ao apurado no ano anterior, uma variação de 21% no período. Sua representatividade em relação à receita bruta passou de 50% em 2022, para 53% em 2023.

A elevação do montante dos custos dos serviços prestados deveu-se principalmente aos acréscimos apontados a seguir:

- a. R\$30 milhões em rubricas relacionadas às despesas de pessoal. O salário da categoria é reajustado pelo INPC, que resultou em 3,83% para o período de maio/2022 a abril/2023 (a data base da categoria é 1º de maio). Além disso, o quadro de funcionários total passou de 2592 em 2022 para 2640¹ em 2023;
- b. aproximadamente R\$17 milhões em serviços de manutenção e operação, o que decorre dos serviços de manutenção de centrífugas de deságue de lodo e dos serviços de dragagem de lodo para limpeza de lagoas em Itaiópolis e Barra Velha;
- c. R\$14 milhões em materiais de tratamento, reflexo, entre outros fatores: da elevação no consumo do produto químico cloreto de polialumínio - PAC, o qual tem custo superior ao produto utilizado anteriormente; do crescimento do número de estações de tratamento de esgoto em operação e também do incremento do número das ligações atendidas nas estações já em funcionamento;
- d. R\$13 milhões na rubrica recomposição de pavimentação, que aloca os recursos repassados aos municípios para essa finalidade.

Lucro Bruto:

Como consequência do apontado acima, o lucro bruto verificado pela CASAN em 2023 foi R\$57 milhões superior ao apurado no ano anterior, ou seja, 9% maior. Como percentual da receita bruta, observou-se a redução de 40% em 2022 para 38% em 2023.

Despesas Operacionais:

As despesas com vendas apuradas em 2023 são aproximadamente R\$17 milhões superiores ao montante verificado no ano anterior, ou seja, uma variação de 18%. Como

¹ Esses quantitativos de funcionários consideram apenas os empregados ativos e excluem os que estão à disposição da CASAN.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

percentual da receita bruta, as despesas com vendas mantiveram sua representatividade em 6%.

As despesas gerais e administrativas elevaram-se em aproximadamente R\$7 milhões em relação ao ano anterior, o que representa 2% de incremento. Como percentual da receita bruta, essas despesas tiveram sua representatividade reduzida, passando de 20% ao final de 2022 para 18% ao final de 2023. Contribuíram para essa elevação os incrementos observados em despesas com ações cíveis e trabalhistas e também as indenizações a terceiros. Parte desses gastos está relacionada ao rompimento de um reservatório da Companhia, evento que ocorreu em setembro de 2023. Essas elevações tiveram seus impactos atenuados pela redução nos gastos com o Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI). A desaceleração da inflação contribuiu para esse decréscimo, bem como a progressão do cronograma de indenizações do PDVI.

As despesas fiscais e tributárias foram apuradas a valor 51% inferior em relação ao ano anterior, o que pode ser atribuído à redução do saldo devedor dos parcelamentos tributários, em razão da proximidade de sua quitação (sobre estes saldos incidem os juros).

Em 2023, as outras receitas e despesas operacionais líquidas reduziram-se em R\$11 milhões, ou em 64%, passando de uma receita líquida de R\$17 milhões em 2022 para uma receita líquida de R\$6 milhões em 2023. Esse decréscimo decorre principalmente do retorno aos valores habituais de outras receitas operacionais. Em 2022, essa rubrica foi majorada pelo registro do valor recebido da empresa Neoway, após o acordo de leniência assinado junto à Controladoria Geral do Estado.

Resultado Financeiro:

O resultado financeiro compreende principalmente os juros de endividamento e as despesas cambiais e monetárias referentes às dívidas da Companhia, parcialmente compensados por receitas com rendimentos de aplicações, descontos, multas e acréscimos auferidos, sobretudo em razão de acordos firmados referentes a contas a receber.

No exercício de 2023 as despesas financeiras líquidas ampliaram-se em R\$84 milhões, sendo 87% superiores às do ano anterior. As despesas financeiras cresceram R\$88 milhões e as receitas financeiras elevaram-se em aproximadamente R\$4 milhões no período.

Houve importante incremento nas despesas financeiras em razão: dos juros incorridos nas operações de cédulas de crédito bancário - CCBs contratadas pela CASAN em 2022 e 2023; e das multas e juros referentes aos parcelamentos de PIS/COFINS efetuados pela Companhia em 2023.

Lucro Líquido:

Como consequência dos valores apurados e descritos anteriormente, o lucro líquido verificado no exercício de 2023 é 45% inferior ao apurado em 2022, o que corresponde

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a uma redução de R\$41 milhões no resultado. Como percentual da receita bruta, o resultado também reduziu sua participação no período, passando de 6% para 3%.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

A receita da Companhia é gerada por meio de suas atividades de prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário, as quais são decorrentes de contratos de concessão e de programa com 194 municípios: sendo 193 no Estado de Santa Catarina (65% dos municípios do Estado), e 1 município no Estado do Paraná.

Em 2023, a CASAN atendeu uma população de aproximadamente de 3 milhões de pessoas, nos 194 municípios atendidos com operação de abastecimento de água, além de fornecer água no atacado para outros seis municípios clientes, com população somada de mais de 349 mil pessoas. Com a prestação dos serviços de esgotamento sanitário a Companhia beneficiou aproximadamente 931 mil pessoas.

O crescimento da receita da Companhia está diretamente relacionado ao aumento do número de ligações atendidas e aos reajustes tarifários aplicados. No último ano, o número de ligações de água elevou-se em 2%, enquanto que as ligações de esgoto cresceram 6%. Esses incrementos decorrem dos investimentos realizados pela Companhia para ampliar a cobertura total de esgoto, que passou de 26,32% em 2022 para 27,35% em 2023, e também em decorrência do crescimento vegetativo verificado nos municípios atendidos.

Com o crescimento vegetativo e o início da operação de novos sistemas de esgotamento sanitário, em 2023, a Companhia verificou o crescimento dos volumes faturados de água e de esgoto em, respectivamente, 6% e 8%. No ano, entraram em operação os Sistemas de Esgotamento Sanitário de Barra do Sul, Ingleses (parcialmente), Catanduvás, Curitiba (parcialmente) e Itá (parcialmente).

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia auferiu R\$1.803 milhões de receitas provenientes dos seus serviços de água e esgotamento sanitário. As tarifas de água geraram receita de aproximadamente R\$1.403 milhões e as tarifas de esgoto de R\$379 milhões. As outras receitas somaram R\$21 milhões. A receita bruta auferida em 2023 foi 16% superior à verificada no exercício anterior, por consequência dos reajustes tarifários aprovados em 2022 (16,01%) e 2023 (6,35%) e da conclusão de algumas obras que geraram incremento de receita de esgoto.

Os resultados da Companhia são afetados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- a) Crescimento (ou decréscimo) populacional do Estado de Santa Catarina;
- b) Reajustes tarifários e revisões autorizadas pelas agências reguladoras;
- c) Comportamento de consumo da população (volumes faturados);
- d) Custo dos insumos (materiais e serviços) utilizados na prestação dos seus serviços;
- e) Provisões cíveis, trabalhistas e ambientais em função das ações judiciais impetradas contra a Companhia;
- f) Financiamentos obtidos para capital de giro e para ampliação do atendimento.

2.2 Resultados operacional e financeiro

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

As operações da Companhia são restritas ao mercado interno, não havendo impacto da taxa de câmbio na receita operacional. A receita da Companhia varia de acordo com os reajustes tarifários obtidos e as variações verificadas no número de ligações e nos volumes faturados de água e de esgoto. O reajuste de tarifa segue as orientações estabelecidas pela Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes do saneamento em âmbito nacional. Os reajustes tarifários são autorizados pelas agências reguladoras, que consideram nas suas análises a inflação do período, a variação dos custos operacionais, o volume de investimentos sendo realizado, a remuneração do capital investido e a necessidade de geração de recursos para novos investimentos. Conforme a legislação, a tarifa é reajustada uma vez ao ano, respeitando o intervalo mínimo de 12 meses entre um reajuste e outro. Além disso, a cada cinco anos a Companhia deve passar pela Revisão Tarifária, onde são verificadas possíveis ineficiências e desequilíbrios financeiros e regulatórios. A próxima revisão, que já está atrasada em razão de indenificações nas agências reguladoras, deve acontecer em 2024 e há expectativa que se concretize com a aplicação de um fator de correção positivo na tarifa.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

A inflação e as variações de preços incidentes sobre os insumos da Companhia são consideradas pelas agências reguladoras nos cálculos de reajuste e revisão tarifária. O impacto desses fatores ocorrem de forma relativa em decorrência da defasagem entre o período da inflação realizada e sua reposição na tarifa via reajuste, revisão ou reequilíbrio.

Já as variações na taxa de câmbio afetam diretamente os resultados financeiros da Companhia. Atualmente, a CASAN possui financiamentos externos junto à JICA e à AFD, os quais estão sujeitos às oscilações do Iene e do Euro, respectivamente.

Os juros acordados nos contratos de financiamento para realização de investimentos e também para obtenção de capital de giro impactam diretamente no resultado financeiro da CASAN. Esse impacto decorre do volume da demanda por investimentos para universalização do atendimento de esgoto.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Até o exercício de 2023 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos de prestação de serviços de Saneamento e os contratos firmados com base no novo marco regulatório de saneamento – Lei 11.445/07 (Contratos de Programa) no Ativo Intangível. A partir deste exercício e de acordo com o modelo bifurcado definido pelo ICPC 01 e OCPC 05, a Companhia alterou a forma de registro de todos os contratos para ativo intangível e ativo financeiro de contrato.

Com isso a Companhia passou a reconhecer os ativos financeiros dos contratos onde a vida útil dos bens ultrapassa o prazo contratual. Os ativos financeiros contratuais estão mensurados e reconhecidos pelo valor justo, onde o valor justo é igual ao valor contábil.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023 foram auditadas pela empresa Maciel Auditores Independentes, integrante do grupo **RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, que emitiu parecer sem ressalva.

OPINIÃO SEM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Companhia), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Mudança de Prática Contábil – Bens vinculados aos contratos de concessão (Nota Explicativa 5 e)

Conforme apresentado em Nota Explicativa 5, letra “e”, até o exercício de 2023 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos de prestação de serviços de Saneamento e os contratos firmados com base no novo marco regulatório de saneamento – Lei 11.445/07 (Contratos de Programa) no Ativo Intangível. A partir deste exercício e de acordo com o modelo bifurcado definido pelo ICPC 01 e OCPC 05, a Companhia alterou a forma de registro de todos os contratos para ativo intangível e ativo financeiro de contrato. Com isso a Companhia passou a reconhecer os ativos financeiros dos contratos onde a vida útil dos bens ultrapassa o prazo contratual. Os ativos financeiros contratuais estão mensurados e reconhecidos pelo valor justo, onde o valor justo é igual ao valor contábil. Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 –

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os bens do ativo intangível do Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para o ativo financeiro de contrato. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não se aplica.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não se aplica.

c) eventos ou operações não usuais.

Não houve.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a) informar o valor das medições não contábeis
- b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
- c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não foi divulgada nenhuma medição não contábil.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não foram identificados eventos subsequentes.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) regras sobre retenção de lucros

A CASAN está obrigada a manter uma reserva legal, devendo destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva atinja 20% do capital integralizado. Porém, a Companhia não é obrigada a destinar nenhum valor à reserva legal em qualquer exercício social em que tal reserva, quando somada às reservas de capital, seja igual ou superior a 30% do capital social total. Eventuais prejuízos líquidos podem ser descontados da reserva legal. Além dessa finalidade, a reserva legal somente poderá ser utilizada para aumentar o capital social da Companhia.

A assembleia geral ordinária que tratar da destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição de dividendos deverá reconhecer a formação da reserva legal que deliberar sobre sua destinação, observados os limites e parâmetros na Lei das Sociedades por Ações. Em caso de reversão da reserva legal para o capital, é defeso à sociedade sua utilização para o pagamento de dividendos em anos subsequentes.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma porção do lucro líquido de uma Companhia pode ser destinada à constituição de reservas discricionárias para investimentos, cujo valor é baseado em um orçamento de capital previamente apresentado pela administração da Companhia e aprovado pelos acionistas em assembleia geral. Após concluídos os devidos projetos de capital, a Companhia pode reter a reserva até que os acionistas aprove a transferência de toda ou parte da reserva para o capital ou para a reserva de lucros acumulados.

Consoante a Lei das Sociedades por Ações, um percentual do lucro líquido pode ser destinado a uma reserva de contingência de prejuízos considerados prováveis em anos futuros. Qualquer valor assim distribuído em um ano anterior deve ser revertido no exercício social em que a perda foi antecipada, se essa perda de fato não ocorrer, ou anulado, no caso em que o prejuízo antecipado ocorrer.

b) regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, na proporção das ações que os mesmos possuírem, prevê ainda em seu art. 7º § 2º que cada ação preferencial, tem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Os dividendos não reclamados reverterão em favor da Sociedade quando prescreverem, observadas as exigências legais.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

O Art. 72 § 3º do Estatuto Social prevê que o dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

2.7 Destinação de resultados

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

No Estatuto Social da Companhia não existem restrições quanto à distribuição de dividendos de qualquer espécie.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui a Política de Distribuição de Dividendos, onde consta no item 3 as diretrizes no processo de distribuição dos dividendos. O documento encontra-se no sítio: <https://ri.casan.com.br/governanca-corporativa/codigos-e-politicas-da-companhia/>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iii. contratos de construção não terminada**
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Em 14 de dezembro de 2023 foi assinado o contrato de financiamento junto ao *European Investment Bank* – BEI, no montante de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 31/12/2023 não ocorreu nenhum desembolso.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b) natureza e o propósito da operação**
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**
- ii) fontes de financiamento dos investimentos.**
- iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Objetivando atender as demandas legais e de seus clientes e as expectativas dos acionistas, a CASAN investiu R\$462 milhões em 2023. O quadro a seguir apresenta os valores investidos no período de 2019 a 2023, bem como as projeções para 2024.

Evolução dos Investimentos – 2019/2023 e Projeção 2024 - (R\$ 1.000.000)

Distribuição dos Investimentos	Realizado					Projetado
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Água	52	77	129	302	224	134
Esgoto	193	271	110	196	231	342
Outros	-	28	13	35	7	38
Total	245	376	252	533	462	514

Dando prosseguimento a sua política de expansão de atendimento, a CASAN segue ampliando a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia visa compatibilizar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios atendidos e sua capacidade de investimento e, assim, seguir em busca da meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) no que diz respeito a universalização dos serviços prestados. Em 2020 foi aprovada a Lei nº 14.026/2020, que atualizou a Lei 11.445 de 2007 e é conhecida como o Novo Marco do Saneamento. Esta lei trouxe obrigações adicionais para a continuidade da atuação da CASAN, além de impor como meta de universalização o atingimento de 90% de cobertura de esgoto até o ano de 2033. Buscando a universalização, a CASAN trabalha na implementação da coleta programada do lodo de sistemas de tratamento individuais de esgoto, o que é abordado em mais detalhes na sequência deste formulário de referência. A responsabilidade é grande já que a universalização do atendimento de esgotamento sanitário trará significativos ganhos em qualidade de vida para a população catarinense.

Ao final de 2020 o Governo do Estado de Santa Catarina lançou o Planejamento Hídrico, programa que previu o financiamento estadual para a execução de obras visando a melhoria do abastecimento de água em locais impactados pela crise hídrica. Parte dos valores investidos em água no último ano reflete o cronograma desses investimentos. Esse programa foi descontinuado em 2023, com a assunção de novo governador em Santa Catarina e nova diretoria executiva na CASAN.

Para a execução do seu Plano de Investimentos a CASAN contou em 2023 com recursos da União, do Governo do Estado de Santa Catarina e de agentes financiadores nacionais (bancos) e estrangeiros (Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA), além de parcela significativa de recursos próprios, os quais são aplicados na forma de contrapartida aos recursos financiados; encargos financeiros decorrentes dos financiamentos; ou na realização integral de investimentos.

2.10 Planos de negócios

A CASAN entende que os principais benefícios advindos da melhoria da sua cobertura em abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário são:

- Redução com gastos em saúde por parte da população e dos municípios;
- Melhoria nos índices de qualidade de vida, mortalidade infantil e de desenvolvimento social;
- Melhoria da qualidade ambiental dos rios, lagos e mares;
- Melhoria da balneabilidade das praias do litoral catarinense, com o consequente retorno econômico pela manutenção e aumento do fluxo de turistas;
- Crescimento das oportunidades de emprego com o desenvolvimento do turismo e da atratividade econômica dos municípios;
- Perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Atualmente, a CASAN conta com 48 projetos em seu portfólio de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Dentre eles, 36 estão em desenvolvimento. Dentre os 36 projetos em desenvolvimento, 28 são projetos de pesquisa executados em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Este universo de projetos trata sobre diversas áreas de conhecimento, passando por engenharia sanitária e ambiental, engenharia civil, biologia, arquitetura, direito, zootecnia, entre outras. Dos 36 projetos da carteira, 8 são dedicados ao desenvolvimento e inovação na CASAN, abordando desde projetos de inovação incremental (entendidos como projetos de melhoria para as áreas meio e fim da Companhia) até projetos de inovação disruptiva (e.g.: projeto de valorização do lodo produzido por ETEs e ETAs); Implantação do Building Information Modeling (BIM) na Companhia; Implantação do Modelo de Excelência em Gestão do Saneamento Ambiental (MEGSA). A carteira de projetos soma R\$ 21 milhões sendo que destes R\$ 1,3 milhões estão previstos para ser investidos em 2024.

A CASAN também busca inovar na busca por uma alternativa para prestação de serviço de Esgotamento Sanitário em pequenos municípios operados pela companhia e, em conjunto com as agências reguladoras do Estado de Santa Catarina, está desenvolvendo um piloto para a

2.10 Planos de negócios

implementação da coleta programada do lodo de sistemas de tratamento individuais de esgoto. Atualmente 124 municípios já demonstraram interesse no novo modal de atendimento e incorporaram em seus processos de adequação da concessão esta modalidade na sua trajetória de universalização. Demonstrando amadurecimento da ideia, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina (ARIS-SC) apresentou em 2023 a Resolução Normativa nº 39 que descreve o escopo regulatório do novo serviço a ser prestado pela companhia. A companhia buscará realizar o tratamento do lodo com diferentes estratégias, dentre elas o uso de soluções baseadas na natureza (SBNs) que estão no seu rol de pesquisas aplicadas. Para o desenvolvimento do piloto a CASAN já investiu R\$100 mil para a realização do projeto executivo de uma unidade de tratamento dedicada ao lodo dos sistemas individuais que atenderá 7 municípios no extremo Oeste do estado. A obra de construção da unidade já foi contratada por um valor de R\$ 2.3 milhões e será executada no primeiro semestre de 2024. Em paralelo, a CASAN está implantando uma unidade piloto de gerenciamento de lodo de limpa fossas com a tecnologia de filtros plantados a ser instalada na ETE de Canasvieiras para avaliar estratégias operacionais. A pesquisa é realizada em conjunto com o Grupo de Estudos em Saneamento Descentralizado (GESAD) da Universidade Federal de Santa Catarina e a FEPESE e está estimada em R\$ 600 mil ao longo de 4 anos de pesquisa.

Em outro front a CASAN vem atuando na otimização das suas despesas com energia elétrica. A Companhia é uma grande consumidora de energia no Estado de Santa Catarina, com consumo médio mensal de aproximadamente 18,0 GWh. Deste montante de energia, aproximadamente 25% provêm de contratos de fornecimento de energia elétrica firmados no Ambiente de Contratação Livre, e os outros 75% provêm do mercado regulado com 68% adquirida junto à CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina e cerca de 7% supridos por outras Distribuidoras e Permissionárias. Para atingir o patamar atual, ao longo dos anos de 2022 e 2023 a CASAN investiu R\$500 mil na adequação da sua infraestrutura de forma a possibilitar a migração para o mercado livre. A intensão da companhia é manter a estratégia e ampliar a participação do mercado livre para 65% da sua demanda até o ano de 2026, inovando para reduzir uma das suas principais despesas operacionais.

Outra grande despesa da companhia está relacionada a gestão do lodo das ETEs, nesse sentido a CASAN está participando do edital Cidades Inteligentes – Subvenção Econômica do FINEP para realização de pesquisas para a valoração do lodo que contempla a construção de uma Unidade de Gestão de Lodo (UGL) por secagem solar e a realização de atividades de pesquisa com o lodo desidratado na UGL. O montante a ser investido no projeto é de R\$ 15 milhões sendo que 50% será despendido pelo FINEP.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A CASAN, como foco no trabalho pelo bem-estar da sociedade, destaca as oportunidades ASG:

- a) Educação ambiental através da orientação e fiscalização por meio dos programas chamados “Trato Pelo Saneamento”. Os Tratos Pelo Saneamento são promovidos pela CASAN com o objetivo de combater a poluição causada pelo esgoto irregular em Santa Catarina. Em 2023, os programas desenvolvidos foram: Trato por Criciúma, Trato por Laguna, Trato pelo Araújo em São José, Trato pelo São José em Chapecó, Trato pelo Capivari em Floripa, Trato pela Lagoa em Floripa, Trato pelo Costa Norte em Floripa.
- b) Programas Socioambientais desenvolvidos em paralelo as obras de esgotamento sanitário como os PTSA - Plano de Trabalho Sócio Ambiental de Santo Amaro da Imperatriz, Rio do Sul e Florianópolis (SES Insular e SES Saco Grande).
- c) Ampliar e consolidar o engajamento das ações de educação ambiental, objetivando reduzir o uso de água, conservação e proteção do meio ambiente com a interligação adequada

2.10 Planos de negócios

na rede de coleta e tratamento de esgoto, contribuindo assim como ação, participação, diálogo e atuação coletiva, a partir da busca por estruturação e fortalecimento de arranjos institucionais municipais, iniciativas de planejamento e gestão na inserção de critérios ambientais na tomada de decisões, através da articulação dos seus empregados junto à instituições.

d) Formação de grupos de trabalho, interno da CASAN, para reconhecer a realidade, potencialidades e desafios próprios das regiões onde a CASAN atua e por fim definir quais caminhos serão trilhados na busca da sustentabilidade da vida, com menos exclusão e justiça ambiental.

e) Obter a regularização ambiental de diversos Sistemas de Abastecimento de Água operados pela Companhia com a implantação dos Sistemas de Tratamento de Efluentes para desaguamento e destino final do lodo (sólidos), resultantes do processo de tratamento de água;

f) Institucionalmente a Companhia deverá gerir os desafios advindos do Novo Marco do Saneamento, com a instituição das estruturas de governança das Regiões Metropolitanas para prestação regionalizada dos serviços de saneamento;

g) Consolidar a Companhia como instituição integrada aos ODS, que a partir de 2022 tornou-se signatária do Movimento ODS Santa Catarina, programa formado por instituições comprometidas com a melhoria da qualidade de vida da sociedade catarinense e que impulsiona os compromissos da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração, porém, é uma política genérica, aplicada também aos riscos de mercado, mas não direcionada a estes de forma específica.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todos os riscos a que está sujeita no curso normal de suas atividades, incluindo os riscos de mercado descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, de acordo com a política de gerenciamento de riscos descritas.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Não aplicável, pois conforme mencionado no item b acima a Companhia não mantém operações de 'hedge'.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Para gerenciamento de seus riscos de mercado a Companhia se baseia em certas diretrizes e parâmetros conforme descrito nos próximos itens.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A CASAN entende que a atual estrutura de controles internos é adequada para verificação da efetividade da política de gerenciamento dos riscos, onde a Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos – GCR, o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e a Assessoria de Planejamento - APL atuam de forma a minimizar a exposição de efeitos negativos de riscos em potencial que possam impactar o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Segundo a definição do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – COSO, “controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade”.

No âmbito da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, o controle interno é exercido por meio de cinco atividades básicas:

- Segurança e proteção dos ativos e arquivos de informação;
- Documentação e registros adequados;
- Segregação de funções;
- Procedimentos adequados de autorizações para o processamento das transações;
- Verificações independentes (Auditoria Interna - AUD, Auditoria Externa Independente trimestral, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e fiscalização por parte do Tribunal de Contas do Estado).

A Auditoria Interna tem por objetivo realizar avaliações independentes e objetivas, visando adicionar valor e melhorar as operações da Companhia, através de uma abordagem sistemática e disciplinada de avaliação da efetividade e da eficácia dos processos de gestão de riscos, controles internos, integridade, governança e da confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como o cumprimento à legislação e regulamentação vigente.

Assim em 2023 o Plano Anual de Auditoria Interna contemplou trabalhos fundamentados em uma avaliação de risco documentada, alinhada aos objetivos e estratégias da Companhia. Os trabalhos foram conduzidos pelos Auditores em conformidade ao Manual de Auditoria Interna da CASAN e as Normas Internacionais para a prática profissional de Auditoria e compreenderam principalmente as seguintes atividades:

1. **Gerenciamento de riscos:** avaliando a eficácia e contribuindo para a melhoria dos processos de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, bem como a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando o preparo de demonstrações financeiras da companhia;
2. **Controle:** auxiliando a organização a manter controles efetivos a partir da avaliação de sua eficácia e eficiência em respostas aos riscos;
3. **Recomendações:** propor medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados, monitorando as ações das áreas para mitigar os riscos

5.2 Descrição dos controles internos

relacionados.

Na opinião da Companhia, seguindo a linha de raciocínio estabelecida pelo COSO, o atual sistema de controle interno proporciona uma garantia bastante razoável sobre a realização de seus objetivos, reconhecendo que podem existir incertezas e riscos impossíveis de serem previstos com precisão absoluta.

Em relação ao quadro de pessoal, como houve a troca da Diretoria Executiva foram nomeados novos Auditores em substituição há dois auditores que foram alocados para outras áreas da Companhia, sendo a nova composição para o ano de 2023, a Auditoria Interna contou com seis empregados nomeados para o cargo de Auditor Interno, entre eles o Chefe de Auditoria. São empregados com cargos de nível superior na empresa, com mais de cinco anos de experiência na Companhia, sendo quatro administradores, um contador e um engenheiro civil. A atual estrutura mostra-se satisfatória para atender o porte organizacional e a legislação, ressaltando que a CASAN investe continuamente no aperfeiçoamento dos seus empregados, bem como nos processos de aprimoramento dos seus controles.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A CASAN, conforme determina a Lei Federal 13.303/2016, em seu art. 9º, adota regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abrangem:

- 1º- Ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de práticas de controle interno;
- 2º - Área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos;
- 3º - Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário.

Desta forma, entende-se que é adotado o modelo conhecido como Três Linhas de Defesa, sendo:

- A primeira linha de defesa constituída pelos controles internos operados por todas as pessoas que realizam atividades na Companhia e lidam diretamente com os riscos no trabalho, sob a supervisão de seus superiores imediatos.

- A segunda linha de defesa provê todo suporte, métodos e ferramentas para que a primeira linha gerencie seus riscos. Ela é constituída pela Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos (GCR) que foi criada no segundo semestre de 2018, visando promover o gerenciamento de todos os riscos que compõem o seu portfólio, de forma gradativa e sistematizada, priorizando os riscos com maior grau de exposição.

Há também outras unidades que atuam em riscos específicos como, por exemplo, Segurança do Trabalho, Políticas Operacionais de SAA e SES e demais áreas que desempenham atividades voltadas ao programa de integridade, como a Ouvidoria (OUV), formada por duas pessoas, Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias

5.2 Descrição dos controles internos

(CPPADS) e a Comissão Permanente de Conduta e Integridade.

- A terceira linha de defesa é a Auditoria Interna (AUD), vinculada ao Conselho de Administração, supervisionada por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

Gerente de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos – GCR

Paulo Silvestre Schmitt - Auditor

Gerente de Controladoria Econômica Financeira - GCF

Marina Godoy - Auditora

Chefe da Auditoria Interna – AUD

Daniel Crippa Lemos – Auditor Interno (Engenheiro Civil)

Comitê de Auditoria Estatutário - CAE

Carlos Rocha Velloso

Cristiane Scholz Faísca Cardoso

Eduardo Person Pardini

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em 2023 não foram apontadas deficiências relevantes nos controles internos que possam vir a prejudicar a confiabilidade das demonstrações financeiras elaboradas pela CASAN.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme indicado no item d, não foram apontadas deficiências relevantes nos controles internos da companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Casan possui um Programa de Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração e acessível em seu Portal da Transparência e no site de Relações com os Investidores, que consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva do Código de Conduta e Integridade e demais documentos normativos com a finalidade de prevenir,

5.3 Programa de integridade

detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Companhia e a administração pública.

Além da responsabilidade individual de cada agente público em agir de acordo com os padrões legais e normativos, sob supervisão e orientação de seus superiores hierárquicos, o Programa de Integridade conta com unidades organizacionais que integram uma camada de defesa contra a ocorrência de fraudes e atos de corrupção, atuando no monitoramento contínuo do programa, na manutenção, divulgação e treinamento sobre o Código de Conduta e Integridade, na ampla divulgação do canal de denúncias, no recebimento e tratamento de denúncias, na investigação de casos concretos de integridade, na aplicação de sanções disciplinares, nas diligências relacionadas a terceiros, na identificação, avaliação e tratamento dos riscos de integridade, nos trabalhos de auditoria interna, entre outros. Nessa estrutura e processos de integridade, os riscos identificados são continuamente monitorados e reavaliados em frequência proporcional ao grau de exposição, sendo aqueles mais significativos reportados trimestralmente à alta administração.

As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, cujas competências são descritas no Programa de Integridade vigente, compreendem: a Diretoria Executiva, responsável por liderar as ações e supervisionar a execução das atividades desenvolvidas pelas unidades envolvidas no Programa de Integridade, visando o cumprimento de suas competências no âmbito deste Programa; a Auditoria Interna, responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras, no âmbito do Programa de Integridade; e o Conselho de Administração, responsável por promover o Programa de Integridade e supervisionar o seu funcionamento na Companhia.

Código de Conduta e Integridade

Existente na Companhia desde o ano 2015, o Código de Conduta e Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração em agosto/2020, disponível no Portal da Transparência da Casan e no site de Relações com os Investidores, apresenta princípios éticos que consolidam os valores organizacionais e se destina a orientar o comportamento de todos os membros da organização e demais grupos de interesse relacionados à empresa, considerando a legislação pertinente e contribuindo para a resolução de eventuais conflitos de interesses.

Estão sujeitos ao Código de Conduta e Integridade todos os empregados da Casan, comissionados, servidores públicos à disposição, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços e aqueles que exercem mandato, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo.

5.3 Programa de integridade

A Casan promove, anualmente, treinamentos sobre o Código de Conduta e Integridade para todos os empregados e administradores, conforme exigido pela Lei Federal nº 13.303/2016 (Estatuto jurídico da Empresa Pública e da Sociedade de Economia Mista).

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Conduta e Integridade são previstas no Plano de Cargos e Salários (PCS), Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e demais legislações específicas aplicáveis à Casan, sendo garantido o sigilo nos casos de averiguação de situações de descumprimento a este Código, com a devida confidencialidade das informações de modo a não haver represálias aos denunciantes por quaisquer comunicações e delações. Em todos os procedimentos disciplinares as pessoas deverão ser tratados isonomicamente, independentemente do cargo que ocupem, com aplicação de sanção proporcional à gravidade de seus atos, podendo ser advertência, suspensão de 01, 03, 06, ou 15 dias, demissão por justa causa ou exoneração, bem como devolução dos valores relativos a eventual dano ao erário, conforme legislação específica.

Canal de denúncias

A Ouvidoria da Casan atua desde 2008 para garantir o direito de todo cidadão de se manifestar e de receber resposta, bem como, é um canal eficaz para propor ações, com o intuito de estimular a transparência e a eficiência na prestação dos serviços.

Dentre suas prerrogativas, é papel da Ouvidoria efetuar o registro, os encaminhamentos e a resposta conclusiva, com a decisão final da área competente, de acordo com os princípios e diretrizes da Companhia.

Por meio do Sistema Fala.Br (www.casan.com.br/ouvidoria), a Ouvidoria da Casan tem a tarefa de receber, analisar e dar o encaminhamento a reclamações de serviços não atendidos pelos “Canais de Atendimento”, bem como receber, examinar e dar encaminhamento às denúncias sobre práticas consideradas ilícitas e contrárias aos interesses da Companhia, como suspeitas de fraudes, atos de corrupção, falta de ética, desvios de condutas envolvendo empregados, administradores e terceirizados, serviço este realizado de forma interna e administrativa; podendo ainda receber sugestões e elogios.

Para registrar uma manifestação na Ouvidoria da Casan, o cidadão dispõe dos seguintes canais: on-line, pelo site www.casan.com.br/ouvidoria; e presencial, no endereço Rua Emílio Blum, 83, Bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-010.

A Ouvidoria da Casan tem por escopo o zelo e o respeito pelo sigilo de suas informações, em conformidade com a legislação pertinente. As ocorrências que possuem o caráter de comunicação ou denúncia são precedidas pela norma constitucional, respeitando-se o sigilo do denunciante ou comunicante e todos os princípios constitucionais e devido processo legal. Em atenção ao princípio de proteção à identidade do denunciante, a plataforma utilizada pela Ouvidoria da Casan (Fala.br) permite ao demandante a escolha pela identificação, pela reserva de identidade ou pelo anonimato. Independentemente da opção, e sempre que solicitado, a Ouvidoria encaminha as manifestações às respectivas áreas, para instrução processual, sem a identificação do demandante. Caso seja indispensável para a apuração dos fatos, os dados serão abertos e o setor

5.3 Programa de integridade

apuratório fica responsável por proteger e restringir o acesso à identidade do demandante a terceiros.

Investigação e correição

No tocante às demandas tipo denúncia relacionadas à integridade, após analisados os elementos mínimos de autoria e materialidade, após o saneamento da denúncia, as manifestações são encaminhadas às áreas competentes para instrução processual e, conforme o caso concreto, remetido à Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (CPPADS), para instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, para investigação e os devidos procedimentos.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

No período solicitado são 02 casos confirmados com a consequente medida corretiva:

- Portaria nº 552 de 08 de agosto 2018 – Processo Administrativo Disciplinar - Dano ao erário – Débitos registrados na contabilidade decorrentes do Processo de Tomada de Contas Especial 04/2010. - Concluiu pelo ressarcimento de R\$858,65 pelo empregado – Encerrou com a Resolução nº 508, de 21 de dezembro de 2021.
- Portaria nº 544 de 27 de outubro de 2022 - Processo Administrativo Disciplinar – Funcionário faltando injustificadamente ao trabalho - Encerrou com a Resolução nº 215 de 18 de maio de 2023. Determinou por unanimidade a aplicação da penalidade de demissão por justa causa, nos termos do art., 482, i da CLT.

5.4 Alterações significativas

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

O marco legal do saneamento atualizado impôs uma série de exigências e prazos aos prestadores de serviço de saneamento básico. A atuação tempestiva da Casan e a cooperação das agências reguladoras infranacionais e da maioria dos municípios atendidos conseguiram superar desafios significativos, formalizando termos aditivos aos contratos para compatibilizá-los às exigências e prazos legais, além da certificação da capacidade econômico-financeira da Casan em honrar as metas de universalização nos municípios por ela atendidos. Entretanto, restam incertezas em relação à instituição das estruturas de governança nas regiões metropolitanas, cujo Projeto de Lei Complementar PLC/00018/2022 foi arquivado em razão do fim da legislatura.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.